

Destinatário: ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEAMA/ES

Licitação: Pregão Eletrônico nº 009/2026

Processo E-Docs: 2026-4W5RL • ID CidadES/TCE/ES: 2026.500E0600019.01.0008

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

FUNDAMENTO: ART. 164 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E ITEM 14 DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

VET NÔMADE CASTRAMÓVEL E SERVIÇO VETERINÁRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 43.438.123/0001-11, Inscrição Estadual nº 084.167.12-2, Inscrição Municipal nº 0018148, com sede na Rua/Praça João Mafra Araújo, S/N, Sala 01, Bairro Guriri Norte, Município de São Mateus/ES, CEP 29.946-285, endereço eletrônico vetnomade@gmail.com, telefone (11) 98017-7878, por intermédio de seu sócio-administrador e Responsável Técnico, Dr. Rodrigo Mendes Carvalho Martinez, Médico-Veterinário inscrito perante o CRMV/ES sob o nº 03328 e no CRMV/SP sob o nº 39327, portador do RG nº 42.852.214-2 SSP/SP e CPF nº 346.929.268-05, vem, mui respeitosamente, com fulcro no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no item 14 do Edital, interpor a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em face das disposições do Instrumento Convocatório e do seu Anexo I (Termo de Referência), atinentes às exigências de disponibilização e aos prazos operacionais para mobilização das unidades móveis, nos termos que se seguem:

I. DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE ATIVA

- A abertura da sessão pública deste pregão eletrônico está designada para o dia 04 de novembro de 2026, às 14h00.
- O art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o item 14.1 do Instrumento Convocatório asseguram que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.
- Constata-se, desta forma, a estrita tempestividade da presente peça e o inequívoco interesse da impugnante na lisura, ampla competitividade e legalidade do certame.

II. DO MÉRITO: EXIGÊNCIA INDIRETA DE DISPONIBILIDADE/LOCALIZAÇÃO PRÉVIA E DESPROPORCIONALIDADE DO PRAZO DE MOBILIZAÇÃO (5 DIAS)

O Termo de Referência (Anexo I) preconiza, nos itens 1.4, alínea (i), 5.45.3 e 5.23, que a empresa contratada deverá disponibilizar no mínimo 3 (três) unidades móveis médico-veterinárias (sendo duas carretas cirúrgicas de esterilização e uma unidade móvel autônoma de vacinação).

Cumulativamente, o item 1.4, alínea (j), subitem (i), determina taxativamente:

"Cada unidade móvel utilizada na execução deverá estar devidamente regularizada perante o CRMV-ES [...] devendo a contratada apresentar, antes do início de sua operação, o respectivo registro, cadastro, certificado ou documento de regularidade exigido pelo Conselho."

Ocorre que, concomitantemente à exigência de disponibilização e registro sanitário individualizado e prévio de uma frota de 3 (três) carretas adaptadas, o item 5.23.1 do Termo de Referência impõe que o início da execução do objeto dar-se-á em até 5 (cinco) dias corridos contados da emissão da Ordem de Serviço.

Ao fixar um intervalo exíguo de apenas 5 (cinco) dias para mobilização, transporte, vistorias sanitárias e homologação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e de registros de 3 (três) unidades móveis junto ao CRMV-ES, o Edital cria uma inaceitável **exigência indireta de propriedade, posse e localização prévia das estruturas**.

É manifesto que nenhum participante que não esteja em plena execução de contrato precedente sediado exatamente na área de atuação no Estado do Espírito Santo disporá de condições fáticas para deslocar, preparar e concluir a complexa tramitação administrativa do registro de 3 carretas perante a autarquia profissional de classe em meros 5 dias corridos.

Tal conjuntura viola expressamente a proibição peremptória contida no **art. 67, § 6º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**:

"Art. 67. [...]"

§ 6º Não serão exigidos para efeito de qualificação técnica:

I - comprovação de propriedade ou de localização prévia de instalações, aparelhos, máquinas e equipamentos de qualquer natureza;

II - comprovação de vínculos de trabalho da equipe técnica em momento anterior ao da contratação."

A imposição de prazos inexecutáveis para a apresentação e regularização inicial da infraestrutura constitui gravame severo ao princípio da ampla competitividade, razoabilidade e isonomia (art. 5º e art. 9º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021), operando verdadeiro direcionamento prático e favorecimento indevido ao prestador local pré-instalado.

A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União rechaça categoricamente imposições dessa ordem:

Súmula TCU nº 272: "No edital de licitação, é vedada a exigência de comprovação de propriedade e de localização prévia de instalações, máquinas e equipamentos, bem como de posse prévia de bens e serviços a serem utilizados na execução contratual."

A regularidade perante o CRMV-ES é legítimo encargo de execução; todavia, deve ser acompanhada de prazo de mobilização inicial proporcional à envergadura da frota exigida. Assim, para sanar a ilegalidade, o prazo de 5 (cinco) dias corridos do item 5.23.1 deve circunscrever-se aos deslocamentos entre rotas municipais subsequentes, instituindo-se **prazo de mobilização inicial não inferior a 30 (trinta) dias** após a assinatura do contrato para a apresentação física, vistoria e tramitação dos registros das 3 carretas perante o CRMV-ES.

III. DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer-se a Vossa Senhoria:

1. **O CONHECIMENTO** da presente impugnação, em virtude de sua manifesta tempestividade e cabimento legal;
2. No mérito, o seu **TOTAL PROVIMENTO** para determinar a retificação do Instrumento Convocatório e do Termo de Referência, de modo a:
 - a. Consignar expressamente que, durante o julgamento e a habilitação, não será exigida comprovação de propriedade, posse ou registro prévio das 3 unidades móveis, sendo suficiente declaração formal de disponibilidade futura;
 - b. Estabelecer prazo de mobilização inicial razoável (mínimo de 30 dias) entre a celebração do contrato e a expedição da primeira Ordem de Serviço, período no qual a adjudicatária providenciará a regularização das 3 carretas e ARTs perante o CRMV-ES, reservando-se o prazo de 5 dias corridos do item 5.23.1 estritamente para deslocamentos nas rotas municipais seguintes;
3. A consequente **republicação do Edital** com a reabertura integral do prazo para apresentação de propostas, ex vi do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do item 14.6 do Instrumento Convocatório.

Termos em que, pede deferimento.
São Mateus/ES, 19 de outubro de 2026.

VET NÔMADE CASTRAMÓVEL E SERVIÇO VETERINÁRIO LTDA

Dr. Rodrigo Mendes Carvalho Martinez

Médico-Veterinário • Responsável Técnico • Sócio-Administrador

CRMV/ES 03328 • CRMV/SP 39327

RG nº 42.852.214-2 SSP/SP • CPF nº 346.929.268-05

RODRIGO
MENDES
CARVALHO
MARTINEZ:346
92926805

Assinado de forma
digital por RODRIGO
MENDES CARVALHO
MARTINEZ:34692926
805
Dados: 2026.10.19
15:59:54 -03'00'



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 22/10/2026 14:57:44 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por RARISSA MOURA DOS SANTOS FERREIRA (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL III QCE-01 - GA - SEAMA - GOVES)

Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-8NTFS3>